

25.junho.2014 – 14h00

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

- Entidade:** Grupo de enfermeiros  
Representados pela Dr.<sup>a</sup> Maria Augusta Sousa e pela Professora Marta Lima Bastos.
- Recebidos por:** Deputado Duarte Marques (PSD, que presidiu à reunião) e Deputados Elza Pais (PS), Rita Rato (PCP) e Amadeu Albergaria (PSD).
- Assunto:** Reestruturação da rede do ensino superior.

**Exposição:** O Deputado Duarte Marques (PSD) deu as boas vindas às enfermeiras presentes e convidou-as a fazerem a respetiva exposição.

As enfermeiras referiram que o quadro jurídico para o ensino de enfermagem tem um histórico, tendo-se optado há 25 anos pela sua integração no subsistema do ensino superior politécnico, mas esse ensino tem vindo a evoluir e, para além da licenciatura, passou a conferir mestrados e mais tarde doutoramentos, realçando a importância da investigação e do desenvolvimento experimental neste domínio. Nessa sequência, salientaram também que a situação do ensino de enfermagem é diferente do das restantes áreas da saúde.

Informaram ainda que na sequência da publicitação das [Linhas de Orientação Estratégica para o Ensino Superior](#), enviaram uma carta ao Secretário de Estado do Ensino Superior propondo o seguinte:

1. Que seja alterado o n.º 1 do artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de dezembro](#) e o artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de setembro](#), substituindo a expressão “a nível do ensino superior politécnico” por “ensino superior”;
2. “Não aplicar às Escolas Superiores de Enfermagem o disposto na linha estratégica 3, na medida ii, relativa à integração das escolas politécnicas não integradas”.

Na carta foi ainda salientada a necessidade de previamente à implementação de cursos técnicos superiores profissionais na área da saúde, “se proceder a uma correta clarificação da sua abrangência, com a participação dos atores envolvidos”.

Assim, defenderam a não integração das Escolas Superiores de Enfermagem de Coimbra, Lisboa e Porto nos Institutos Politécnicos (referindo que as mesmas não foram integradas em 1988 para lhes dar tempo para se prepararem para a integração no ensino universitário) e reiteraram que antes da implementação dos cursos técnicos superiores profissionais se deve equacionar essa matéria de forma integrada e aprofundar o debate em relação às várias profissões da área de saúde.

Interveio de seguida a Deputada Elza Pais (PS), que enfatizou a evolução do ensino de enfermagem desde 1988, referiu que se justificava no passado a não integração das Escolas de Enfermagem e defendeu que seja acautelado todo o regime e as conquistas conseguidas

até hoje. Pediu depois informação sobre se há algum estudo/avaliação que tenha presidido à opção pela integração destas Escolas no ensino politécnico.

A Deputada Rita Rato (PCP) manifestou preocupação com os princípios e objetivos definidos pelo Governo nas Linhas de Orientação Estratégica para o Ensino Superior, entendendo que radicam numa visão de desvalorização do papel e das instituições do ensino superior público, baseando a sua política na mercantilização do ensino, promovendo a competitividade entre as instituições e condicionando o financiamento à empregabilidade e à atratividade.

Informou que o PCP desde sempre se pronunciou contra o sistema binário no ensino superior, que levou sempre à desvalorização do ensino superior politécnico, designadamente ao nível do financiamento público. O sistema público de ensino superior devia, reconhecendo missões específicas do politécnico e do universitário, promover a articulação das instituições e não promover uma lógica de competitividade.

Salientou que a implementação dos cursos técnicos superiores profissionais configura uma desvalorização do ensino superior politécnico e discordou de estes não poderem ministrar doutoramentos. Fez depois referência às limitações de acesso ao ensino superior e ao aumento das propinas e referiu a situação dos estágios curriculares com custos acrescidos para os alunos.

O Deputado Duarte Marques (PSD) informou que já tinham recebido as Escolas Superiores de Enfermagem de Coimbra, Lisboa e Porto e que o PSD compreende a evolução do ensino de enfermagem e a não integração anterior das mesmas, tendo salientado que atualmente há escolas de enfermagem no ensino politécnico e no universitário (ex: nas Universidades de Aveiro e do Algarve).

Informou que a posição do Governo é aberta e está em equação, tendo equacionado a hipótese de integração nas Universidades, com um regime de autonomia e um estatuto de ensino politécnico. Equacionou depois se aceitariam que o ensino de enfermagem estivesse nos ensinos politécnico e universitário, como acontece com a engenharia.

Em relação aos cursos técnicos superiores profissionais salientou que não é matéria equacionada a nível da reestruturação da rede, tendo, no entanto, realçado a exigência comunitária de aumento da qualificação de nível superior.

Na sequência das intervenções dos Deputados, as enfermeiras reiteraram a autonomia anterior das Escolas Superiores de Enfermagem e solicitaram que seja adotada uma solução que permita um processo evolutivo no futuro, reiterando a proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 480/88, substituindo a expressão “a nível do ensino superior politécnico” por “ensino superior”.

A gravação áudio da reunião está disponibilizada na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2014

A assessora da Comissão  
*Teresa Fernandes*